



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

PORTARIA Nº. 084 DE 12 DE AGOSTO DE 2009.

Outorgar a Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, o direito de uso dos Recursos Hídricos para captação de água no Córrego Perdido.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**, no uso das atribuições que lhe confere o Art.71, IV, da Constituição Estadual c/c a Lei Complementar nº. 214, de 23 de junho de 2005, que cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), e

Considerando os Termos da Lei Estadual 6.945, de 05 de novembro de 1997, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO n.º12 de 06 junho de 2007, que estabelece critérios para a emissão de outorga superficial de Rios de domínio no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa n.º11, de 03 de setembro de 2008, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de águas de domínio do Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1º Outorgar a Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, CNPJ nº 03.238.631/0001-31, doravante denominada Outorgada, o direito de uso dos recursos hídricos para captação de água no Córrego Perdido, bacia Amazônica, UPG A-5, situado na região homogênea de vazões médias RM V e na região homogênea de curva de permanência RCP 25, com a finalidade de abastecimento Público de água do Distrito de União do Norte, no município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, com as seguintes características:

I – coordenadas geográficas do ponto de captação: 10º 26’ 02,8” de Latitude Sul e 54º 26’ 31,10” de Longitude Oeste; e,

II – vazão máxima diária de captação de 72 m³/h (0,02 m³/s.), operando 24 horas por dia, todos os dias do mês, durante todos os dias do ano, perfazendo um volume máximo anual de 630.720,00 m³.

§ 1º A Outorgada deverá implantar e manter em funcionamento equipamentos de medição para monitoramento contínuo das vazões captadas.

§ 2º A Outorgada deverá implantar régua de medição nos pontos à montante e à jusante do reservatório, onde foram efetuadas as medições de vazão apresentada no projeto



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

(coordenadas geográficas: 10° 26' 6,35" S e 54° 26' 43,11" W e 10° 26' 5,85" S e 54° 26' 41,66" W) e realizar duas leituras diárias, com o objetivo de obter informações hidrológicas do córrego, incluindo as curvas chaves das réguas de medição;

§ 3º A Outorgada deverá encaminhar, semestralmente, a Superintendência de Recursos Hídricos da SEMA/MT o relatório das medições captadas e das medições diárias das réguas em meio digital.

§ 4º A outorgada deverá encaminhar, no prazo máximo de 1 ano as curvas chaves bem como a documentação da instalação das réguas citadas no § 2º.

Art. 2º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até 09 de agosto de 2012, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I – descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º;
- II – conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;
- III – incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007;
- IV – indeferimento ou cassação de licença ambiental;

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

- I – quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e
- II – quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos recursos hídricos.

Art. 4º A Outorgada responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.

Art. 5º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pela Outorgada, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

Art. 6º Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA, com antecedência mínima de noventa dias do término de sua validade.

Art. 7º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos dos art. 13 e 14 da Lei Estadual nº 6.945, de 05/11/1997.

Art. 8º A Outorgada se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 12 de agosto de 2009.

**REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMpra-SE.**

LUIS HENRIQUE CHAVES DALDEGAN
Secretário de Estado do Meio Ambiente
(Original Assinada)

*** Publicada no D.O.E. do dia 18/09/2009.**